

# SUMÁRIO

<b>Abreviaturas</b> .....	19
<b>Nota à Sexta Edição</b> .....	23
<b>Apresentação</b> .....	25
<b>À Guisa de Prefácio — Wladimir Novaes Martinez</b> .....	29

## PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 1 — O Trabalho e a Proteção Social ao Trabalhador</b> .....	33
1.1. Prólogo .....	33
1.2. O Surgimento da Noção de Proteção Social .....	34
1.3. A Mútua Assistência e a Caridade .....	35
1.4. A Assistência Estatal .....	35
1.5. A Noção de Seguro Social .....	36
1.6. Evolução da Previdência Social no Mundo .....	37
<b>Capítulo 2 — Fundamentos da Previdência Social</b> .....	40
2.1. A Intervenção do Estado .....	40
2.2. A Solidariedade Social .....	41
2.3. A Compulsoriedade da Filiação .....	41
2.4. A Proteção aos Previdentes .....	42
2.5. A Redistribuição de Renda .....	42
2.6. O Risco Social .....	43
2.7. Da Previdência à Segurança Social .....	43
<b>Capítulo 3 — Modelos de Previdência Social</b> .....	45
3.1. Sistemas Contributivos e Não Contributivos .....	45
3.2. Sistemas Contributivos de Repartição e Capitalização .....	46
3.3. Sistemas Privados de Previdência .....	47
<b>Capítulo 4 — A Evolução da Proteção Social no Brasil</b> .....	49
4.1. Primeiras Regras de Proteção .....	49
4.2. A Lei Eloy Chaves .....	50

4.3. Os Institutos de Classe .....	51
4.4. Da Criação do INPS à Constituição de 1988 .....	53
4.5. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social .....	55
4.6. A Criação do INSS e as Primeiras Reformas .....	57
4.7. A Emenda Constitucional n. 20 .....	58
4.8. O Fator Previdenciário e o Novo Período Básico de Cálculo ....	63
4.9. As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42 .....	64
Capítulo 5 — O Direito Previdenciário .....	66
5.1. Conceito e Objeto de Estudo .....	66
5.2. Autonomia Científica .....	68
5.3. Classificação perante a Divisão Didático-Enciclopédica do Direito ..	70
5.4. Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito ....	71
5.5. Fontes do Direito Previdenciário .....	73
Capítulo 6 — Aplicação das Normas de Direito Previdenciário .....	80
6.1. Antinomias e Critérios de Solução .....	80
6.2. Lacunas do Ordenamento e sua Solução .....	81
6.3. Interpretação das Normas .....	83
6.4. Vigência e Eficácia das Normas no Tempo .....	84
6.5. Vigência e Eficácia das Normas no Espaço .....	85
Capítulo 7 — Princípios do Direito Previdenciário .....	88
7.1. Princípios Constitucionais da Seguridade Social .....	88
7.2. Princípios Específicos de Custeio .....	91
7.3. Princípios Específicos de Previdência Social .....	95
Capítulo 8 — Regimes Previdenciários .....	101
8.1. O Regime Geral de Previdência Social — RGPS .....	101
8.2. Regime Previdenciário Complementar .....	102
8.3. Regimes de Previdência de Agentes Públicos Ocupantes de Car- gos Efetivos e Vitalícios .....	106
8.4. Exercentes de Mandato Eletivo .....	113
8.5. Regime dos Militares da União .....	115

## **PARTE II — A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA**

Capítulo 1 — A Organização da Seguridade Social .....	119
1.1. Sistema Nacional de Seguridade Social .....	119
1.2. Ministérios da Área da Seguridade Social .....	120

1.3. Instituto Nacional do Seguro Social — INSS .....	121
1.4. Gestão Descentralizada .....	122
1.5. Conselho Nacional da Seguridade Social — CNSS .....	123
1.6. Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS .....	123
1.7. Conselhos de Previdência Social — CPS .....	125
1.8. Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS .....	127
1.9. Conselho de Gestão da Previdência Complementar — CGPC .....	129
1.10. Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS .....	130
Capítulo 2 — Relação Jurídica de Custeio .....	133
2.1. Definição da Relação Obrigacional .....	133
2.2. Autonomia da Relação de Custeio .....	135
2.3. Identidade com a Relação Obrigacional Tributária .....	138
Capítulo 3 — Contribuintes da Seguridade Social .....	139
3.1. Segurados da Previdência Social .....	140
3.2. Empresa e Entidades Equiparadas .....	141
3.3. Matrícula da Empresa .....	142
3.4. Empregador Doméstico .....	144
3.5. Apostadores de Concursos de Prognósticos .....	145
3.6. Contribuintes da CPMF .....	145
Capítulo 4 — Relação Jurídica de Seguro Social .....	146
4.1. Definição da Relação de Seguro Social .....	146
4.2. Vinculação da Relação Previdenciária com a Filiação .....	147
4.3. Natureza Jurídica da Relação de Seguro Social .....	148
Capítulo 5 — Segurados do Regime Geral de Previdência Social .....	150
5.1. Segurados — Definição .....	150
5.2. Segurados Obrigatórios .....	150
5.2.1. Emprego Urbano e Rural .....	152
5.2.2. Empregado Doméstico .....	163
5.2.3. Contribuinte Individual .....	164
5.2.4. Trabalhador Avulso .....	171
5.2.5. Segurado Especial .....	172
5.3. Segurado Facultativo .....	176

5.4. Menoridade para Fins Previdenciários .....	178
5.5. Aposentado que Retorna à Atividade .....	179
Capítulo 6 — Filiação dos Segurados .....	182
Capítulo 7 — Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado .....	185
Capítulo 8 — Dependentes .....	191
Capítulo 9 — Inscrição dos Segurados e Dependentes .....	196
9.1. Inscrição dos Segurados .....	197
9.2. Inscrição de Dependentes .....	198

### **PARTE III — CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Capítulo 1 — Sistema de Financiamento da Seguridade Social .....	203
1.1. Sistema Contributivo .....	206
1.2. Participação da União .....	207
1.3. Contribuições Sociais .....	209
1.3.1. Conceituação .....	209
1.3.2. Natureza Jurídica .....	211
1.3.3. Características Gerais .....	213
1.4. Outras Receitas da Seguridade Social .....	215
Capítulo 2 — Contribuições ao Sistema .....	217
2.1. Salário de Contribuição .....	217
2.2. Salário-Base .....	224
2.3. Contribuição dos Segurados Empregado, Doméstico e Trabalhador Avulso .....	227
2.4. Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo ....	228
2.5. Contribuições das Empresas .....	231
2.5.1. Contribuição sobre a Folha de Pagamento .....	232
2.5.2. Contribuição sobre a Remuneração Paga aos Segurados Contribuintes Individuais e Trabalhadores Avulsos .....	234
2.5.3. Contribuição para Custeio do Seguro de Acidente do Trabalho e Aposentadorias Especiais .....	238
2.5.4. Contribuição sobre a Receita e o Faturamento .....	242
2.5.5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS .....	243

2.5.6. PIS/PASEP .....	251
2.5.7. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL .....	253
2.5.8. Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o SIMPLES .....	254
2.6. Contribuições do Importador de Bens e Serviços do Exterior ...	257
2.7. Contribuições Decorrentes do Trabalho Prestado em Obras de Construção Civil .....	260
2.7.1. Conceito de Obra de Construção Civil .....	261
2.7.2. Cadastro-Matrícula de Obra de Construção Civil .....	262
2.7.3. Obra de Responsabilidade de Pessoa Jurídica .....	263
2.7.4. Obra de Responsabilidade de Pessoa Física .....	266
2.7.5. Aferição Indireta das Contribuições .....	267
2.7.6. Apuração de Salário de Contribuição contido em Nota Fiscal de Serviço/Fatura .....	268
2.7.7. Apuração de Salário de Contribuição com Base na Área Construída e no Padrão da Obra .....	269
2.7.8. Retenção na Construção Civil .....	270
2.8. Contribuição dos Clubes de Futebol Profissional .....	270
2.9. Contribuição do Empregador Doméstico .....	271
2.10. Contribuição do Produtor Rural — Pessoa Física e do Segurado Especial .....	272
2.11. Contribuição do Empregador Rural — Pessoa Jurídica .....	275
2.12. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos .....	276
2.13. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira — CPMF .....	276
2.14. Contribuições Destinadas a Terceiros .....	278
Capítulo 3 — Isenção das Contribuições para a Seguridade Social .....	280
3.1. Requisitos para a Isenção .....	282
3.2. Requerimento e Deferimento da Isenção .....	283
3.3. Alcance da Isenção .....	284
3.4. Revisão da Isenção .....	286
Capítulo 4 — Remissão e Anistia .....	287

Capítulo 5 — Regras Gerais de Arrecadação e Fiscalização .....	290
5.1. Competência dos Órgãos de Arrecadação e Fiscalização .....	290
5.2. Arrecadação e Recolhimento das Contribuições .....	291
5.3. Obrigações Acessórias .....	296
5.4. Prerrogativas da Fiscalização .....	300
5.5. Inadimplemento e Acréscimos Moratórios .....	301
5.6. Restituição de Contribuições, Compensação e Reembolso de Benefícios .....	304
5.6.1. Restituição de Contribuições e Compensação .....	304
5.6.2. Reembolso de Benefícios .....	307
5.7. Parcelamento de Débitos .....	308
5.8. Programa de Recuperação Fiscal — REFIS .....	311
5.9. Parcelamento Especial — PAES (REFIS II) .....	313
Capítulo 6 — Responsabilidade Solidária e por Substituição Tributária .....	316
6.1. Construção Civil .....	318
6.2. Grupo Econômico .....	319
6.3. Responsabilidade dos Sócios e Titulares .....	320
6.4. Tomador de Serviços .....	321
6.5. Administradores Públicos .....	323
6.6. Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão-de-Obra .....	324
Capítulo 7 — Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguridade Social .....	325
7.1. Prescrição na Restituição e Compensação de Contribuições .....	328
7.2. Prazo para Pleitear a Desconstituição de Exigência Fiscal .....	329
Capítulo 8 — Prova de Inexistência de Débito .....	330
Capítulo 9 — Constituição do Crédito Previdenciário .....	336
9.1. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito — NFLD .....	338
9.2. Auto de Infração — AI .....	338
Capítulo 10 — Processo Administrativo Fiscal .....	342
10.1. Depósito Recursal — Exigibilidade .....	343
Capítulo 11 — Dívida Ativa: Inscrição e Execução Judicial .....	346

Capítulo 12 — Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho .....	359
12.1. Aplicação da Norma em Função do Tempo .....	369
12.2. Conflitos de Competência .....	369
12.3. Condição do INSS na Lide Trabalhista .....	372
12.4. Legislação Aplicável .....	372
12.5. Créditos Executáveis .....	373
12.6. As Prerrogativas do INSS .....	376
12.7. Validade do Procedimento .....	377
12.8. O Procedimento da Execução .....	379
Capítulo 13 — Dos Crimes contra a Previdência Social .....	386
13.1. O Regime da Lei n. 9.983/2000 .....	386
13.2. Apropriação Indébita Previdenciária .....	387
13.2.1. Inocorrência da “Abolitio Criminis” da Conduta Prevista no Art. 95, “d”, da Lei n. 8.212/91 .....	392
13.2.2. Constitucionalidade .....	394
13.2.3. Tipo Objetivo .....	395
13.2.4. Tipo Subjetivo .....	396
13.2.5. Consumação e Tentativa .....	396
13.2.6. Sujeito Ativo .....	397
13.2.7. Sujeito Passivo .....	399
13.2.8. Crime Continuado .....	399
13.2.9. Ação Penal .....	400
13.2.10. Extinção da Punibilidade .....	401
13.2.11. Adesão ao REFIS e ao PAES .....	404
13.2.12. Perdão Judicial .....	410
13.2.13. Dificuldades Financeiras .....	411
13.2.14. Princípio da Insignificância .....	412
13.2.15. Prisão por Dívida .....	413
13.3. Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações .....	414
13.4. Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações .....	415
13.5. Sonegação de Contribuição Previdenciária .....	415
13.6. Divulgação de Informações Sigilosas ou Reservadas .....	417

13.7. Falsidade Documental .....	417
13.8. Falsificação de Documento Público .....	417
13.9. Violação de Sigilo Funcional .....	418
13.10. Equiparação a Funcionário Público .....	418

## PARTE IV — PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 — Introdução .....	423
Capítulo 2 — Concessão da Prestação Previdenciária .....	426
2.1. Suspensão do Benefício .....	430
2.2. Cancelamento do Benefício .....	430
Capítulo 3 — Períodos de Carência .....	432
Capítulo 4 — Cálculo do Valor do Benefício .....	437
4.1. Salário de Benefício e Período Básico de Cálculo .....	438
4.2. Fator Previdenciário .....	445
4.3. Regras de Transição para Aplicação do Fator Previdenciário .....	448
4.4. Renda Mensal Inicial .....	449
4.5. Valor-Limite dos Benefícios .....	452
Capítulo 5 — Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios .....	454
5.1. Índices de Correção dos Salários de Contribuição Utilizados no Cálculo do Salário de Benefício (Súmula n. 2 do TRF da 4ª Região) .....	456
5.2. Reajustes pelo Salário Mínimo de Referência .....	456
5.3. Atualização Monetária dos Doze Últimos Salários de Contribuição para os Benefícios Concedidos Anteriormente à Constituição de 1988 .....	457
5.4. Súmula n. 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos .....	457
5.5. Auto-Aplicabilidade do Art. 202, <i>Caput</i> , da Constituição de 1988 — Diferenças Decorrentes do Reajustamento dos Benefícios Concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (Art. 144, Parágrafo Único, da Lei n. 8.213/91) .....	459
5.6. Aplicação do Art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	459
5.7. Manutenção do Valor Real dos Benefícios/Equivalência do Valor dos Benefícios em Número de Salários Mínimos .....	462
5.8. Valor Mínimo dos Benefícios .....	462



5.9. Gratificação Natalina de 1988/1989 .....	463
5.10. URP de Fevereiro de 1989 .....	463
5.11. Salário Mínimo de Junho de 1989 .....	463
5.12. Expurgos Inflacionários .....	464
5.13. Reajuste de Setembro de 1991 — Abono da Lei n. 8.178/91 ...	464
5.14. Reajustes Quadrimestrais — IRSM — Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93 .....	465
5.15. Conversão dos Benefícios para URV — Lei n. 8.880/94 .....	466
5.16. Atualização Monetária das Parcelas Pagas em Atraso .....	467
5.17. Aplicação do IRSM de Fevereiro de 1994 .....	469
5.18. Reajustamento dos Benefícios pelos Índices Integrais do IGP-Di nos Meses de Junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. ...	470
5.19. Revisão da Renda Mensal da Pensão por Morte .....	471
5.20. Aplicação do Novo Teto dos Benefícios Fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003 .....	472
Capítulo 6 — Pagamento dos Benefícios .....	474
6.1. Pagamento Feito a Terceiros .....	476
6.2. Intangibilidade do Valor do Benefício .....	477
6.3. Acumulação de Benefícios .....	479
Capítulo 7 — Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais .....	482
7.1. Evolução Histórica da Proteção Acidentária .....	482
7.2. Conceito de Acidente de Trabalho .....	485
7.3. Doenças Ocupacionais .....	488
7.4. Nexo Causal e Concausalidade .....	490
7.5. Aspectos da Proteção Previdenciária à Vítima de Acidente .....	492
7.6. A Comunicação do Acidente de Trabalho — CAT .....	493
7.7. Responsabilização do Tomador dos Serviços .....	494
7.7.1. Com Fundamento na Responsabilidade Subjetiva do Empregador .....	494
7.7.2. Com Fundamento na Responsabilidade Objetiva do Empregador .....	495
7.7.3. A Teoria do Risco Social — Cobertura pela Previdência Social .....	495
7.7.4. Responsabilidade Penal .....	495
7.7.5. Sanções Administrativas .....	496

7.8. Direito à Indenização Civil .....	496
7.9. O Direito de Regresso da Previdência em Face do Empregador .....	501
7.10. Estabilidade do Empregado Acidentado .....	503
Capítulo 8 — Benefícios em Espécie .....	507
8.1. Aposentadoria no RGPS .....	507
8.1.1. Direito à Desaposentação .....	509
8.2. Aposentadoria por Invalidez .....	512
8.3. Aposentadoria por Idade .....	519
8.4. Aposentadoria por Tempo de Serviço .....	530
8.5. Aposentadoria por Tempo de Contribuição .....	532
8.5.1. Aposentadoria do Professor .....	535
8.5.2. Aplicação dos Novos Critérios para Aposentadoria .....	536
8.6. Aposentadoria Especial .....	536
8.7. Pensão por Morte .....	551
8.8. Auxílio-Doença .....	560
8.9. Auxílio-Reclusão .....	566
8.10. Auxílio-Acidente .....	571
8.11. Salário-Família .....	575
8.12. Salário-Maternidade .....	578
8.13. Abono Anual .....	587
8.14. Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente .....	588
Capítulo 9 — Benefícios Extintos .....	593
9.1. Renda Mensal Vitalícia .....	593
9.2. Auxílio-Natalidade .....	594
9.3. Auxílio-Funeral .....	595
9.4. Pecúlio .....	595
9.5. Abono de Permanência em Serviço .....	596
9.6. Aposentadorias Diferenciadas .....	596
Capítulo 10 — Serviços .....	598
10.1. Serviço Social .....	598
10.2. Habilitação e Reabilitação Profissional .....	598

Capítulo 11 — Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários .....	601
11.1. Prova do Tempo de Contribuição .....	605
11.2. Reconhecimento do Tempo de Filiação .....	610
11.3. Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição .....	611
11.4. Justificação Administrativa .....	615
11.5. Cabimento da Ação Declaratória para Reconhecimento de Tempo de Contribuição .....	617
11.6. Regime de Economia Familiar .....	618
Capítulo 12 — Prescrição e Decadência em matéria de Benefícios ...	621
12.1 Prescrição do Direito a Prestações .....	621
12.2. Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário .....	623
Capítulo 13 — Ações Previdenciárias .....	625
13.1. Competência para as Ações Previdenciárias .....	626
13.1.1. Prestações Comuns .....	626
13.1.2. Competência Federal Delegada .....	627
13.1.3. Ações Acidentárias .....	629
13.1.4. Causas Referentes ao Benefício Assistencial .....	630
13.2. Prévio Ingresso na Via Administrativa .....	632
13.3. Pagamentos Devidos pelo INSS .....	634
13.3.1. Evolução Legislativa .....	635
13.3.2. Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	636
13.3.3. Pagamento por Precatório .....	637
13.4. Idosos .....	638
13.5. Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal .....	639

## **PARTE V — TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

Capítulo 1 — A Globalização e a Crise do Estado-Providência .....	651
Capítulo 2 — As Mudanças no Direito Comparado .....	658
Capítulo 3 — As Razões da Crise Brasileira .....	669
Capítulo 4 — Perspectivas da Seguridade Social Brasileira .....	678

**APÊNDICE — SÚMULAS DE INTERESSE  
EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA**

Supremo Tribunal Federal .....	699
Tribunal Federal de Recursos .....	702
Superior Tribunal de Justiça .....	705
Tribunal Superior do Trabalho .....	707
Tribunal Regional Federal da 1ª Região .....	708
Tribunal Regional Federal da 2ª Região .....	710
Tribunal Regional Federal da 3ª Região .....	710
Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	711
Tribunal Regional Federal da 5ª Região .....	713
Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais .....	713
Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região .....	715

**ANEXOS**

Códigos de Interpretação dos Benefícios Concedidos pelo INSS .....	716
Tabelas de Contribuições Mensais .....	720
<b>Bibliografia</b> .....	755